

A ESCOLA DE COPENHAGUE E A (NÃO) DISCUSSÃO SOBRE O GÊNERO: OS CRIMES DE “HONRA” NO PAQUISTÃO E O CASO DE QANDEEL BALOCH

THE COPENHAGEN SCHOOL AND THE (NON) DISCUSSION ON GENDER: “HONOUR” CRIMES IN PAKISTAN AND THE QANDEEL BALOCH CASE

DOI: 10.29327/252935.15.1-10

Luisa Maria Ramos da Costa¹

Ana Gabriela Costa Reis²

Fábio Rodrigo Ferreira Nobre³

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Universidade Estadual da Paraíba

João Pessoa – Paraíba – Brasil

Resumo: A Escola de Copenhague se destaca nos Estudos de Segurança principalmente pelos seus conceitos de segurança social e securitização, ao mesmo tempo que se coloca como uma perspectiva alternativa aos estudos tradicionais de segurança (Buzan; Hansen, 2012). Ainda assim, essa perspectiva teórica não está isenta de críticas, como mostra Lene Hansen (2000) ao abordar a ausência de discussões de gênero na Escola de Copenhague. Para ela, a insegurança de gênero não diz respeito apenas à redistribuição e reorganização da sociedade, mas também a questões fundamentais de sobrevivência. Tendo isso em vista, o trabalho pretende discutir os crimes de honra no Paquistão a partir de uma análise crítica da Escola de Copenhague, no âmbito da segurança discursiva. Será realizada análise do caso de Qandeel Baloch, assassinada por seu irmão em 2016 em nome da honra familiar, e que demonstra o cenário de intensa violência contra as mulheres paquistanesas. Percebe-se, ao final da pesquisa, que a Escola de Copenhague se distanciou de sua proposta inicial de teoria com viés societal, pois seus pressupostos teóricos acabam por ignorar dinâmicas de sociedades violentas e patriarcais, como o Paquistão, onde há silenciamentos e naturalização dos crimes de honra contra as mulheres.

Palavras-chave: Mulheres Paquistanesas. Crimes de Honra. Gênero. Escola de Copenhague.

Abstract: The Copenhagen School stands out in security studies mainly for its concepts of social security and securitisation and puts itself as an alternative perspective to traditional security studies (Buzan; Hansen, 2012). Even so, this theoretical perspective carries criticisms, as Lene Hansen (2000) shows when she discusses the absence of gender discussions at the Copenhagen School. For the author, gender insecurity is not only related to the redistribution and reorganisation of society, but also to fundamental questions of survival. With that in mind, the articles intends to discuss honour killings in Pakistan from a critical analysis of the Copenhagen School, in the context of discursive security. An analysis will be carried out on the case of Qandeel Baloch, murdered by her brother, in 2016, in the name of family honour, which demonstrates the scenario of intense violence against Pakistani women. It is noticed, at the end of the research, that the Copenhagen School distanced itself from its initial goal as a theory with a societal bias, as its theoretical assumptions end up ignoring the dynamics of violent and patriarchal societies, such as Pakistan, where there are silencing and naturalisation of honour crimes against women.

Key-words: Pakistani Women. Honour Crimes. Gender. Copenhagen School.

¹ luisamrc7@gmail.com

Orcid: 0000-0002-2566-4968

² anagcreis@gmail.com

Orcid: 0000-0002-8291-2462

³ fabio.f.nobre@servidor.uepb.edu.br

Orcid: 0000-0002-2905-0541

Recebido: 30/11/2023

Aprovado: 20/02/2024

Introdução

De acordo com o relatório da ONU Mulheres (UN Women, 2021), todos os dias 137 mulheres são assassinadas por um membro de sua família. Das 84.000 mulheres mortas em 2017, mais da metade foram mortas por parceiros íntimos ou familiares. Só no Paquistão, aproximadamente mil mulheres são mortas todos os anos, vítimas dos crimes de honra (Gauhar, 2016). Em relatório que analisa a situação da violência contra as mulheres no Paquistão, a Human Rights Watch (2021) salienta que meninas e mulheres continuam sendo submetidas a padrões de tratamento desumanos, como os casamentos forçados, ataques com ácido, estupros e sobretudo, os crimes de honra.

Como apresenta Rouhana (2006), as meninas carregam consigo o fardo da preservação da honra familiar. Isto rompe com os limites dos Estados, visto que os crimes de tal natureza acontecem em diversos países, com distintas culturas e religiões. Na América Latina e Caribe, por exemplo, existem casos de crimes de honra, os quais assumem uma nomenclatura distinta: violência de gênero contra mulher. Esta é praticada por companheiros, ex-companheiros, e/ou homens de seu núcleo familiar/ ciclo de convívio, sob o argumento de defender a suposta honra conjugal e familiar (Pimentel, Pandjjarjian & Belloque, 2006).

Escolheu-se, para este trabalho, o caso do Paquistão por ser um país onde são observadas múltiplas violações de direitos humanos, sobretudo em relação às mulheres, mesmo tendo sido aprovada a lei anticrimes de honra em 2016, estes continuam a acontecer no país, de acordo com a organização não-governamental *Human Rights Watch* (2017). Desse modo, justifica-se a relevância do trabalho pela necessidade de evidenciar a realidade das paquistanesas a partir de um olhar crítico da Escola de Copenhague.

Alice Su (2019) destaca que, entre a década de 1970 e 1980, na Ditadura Militar de Zia-ul-Haq, instituiu-se uma lei islâmica fundamentalista no Paquistão e, então, as relações sexuais fora do casamento e o adultério passaram a ser punidos com chicoteamento e apedrejamento. Além disso, passou a existir uma lacuna na lei para a existência da prática do crime de honra. Paringaux (2001) argumenta que o crime de honra não tem necessariamente um fundamento religioso, mas que se beneficia do seu fundamentalismo.

A *Human Rights Watch* (2017) alerta, ainda, para a dificuldade de coletar informações a respeito destes crimes, já que não costumam ser reportados ou são documentados como morte natural ou suicídio pelos membros da família da vítima. Mesmo considerando a imprecisão, estima-se que em 2017 apenas na província de Khyber-Pakhtunkhwa, já após a lei anticrimes de honra ter

entrado em vigor, foram assassinadas 94 mulheres por membros próximos da família. A organização não-governamental White Ribbon Pakistan (2020) afirma que cerca de 60 a 70% das mulheres paquistanesas sofrem violência ou abuso.

Assim, as mulheres paquistanesas enfrentam um cenário de intensa violência realizada principalmente por homens do próprio núcleo familiar, sendo torturadas e assassinadas em nome da honra. A vida das mulheres no Paquistão está circunscrita às suas tradições e cultura, que reforçam o caráter patriarcal da sociedade, em que se exige submissão das mulheres a figuras masculinas, como o pai, irmão, marido e quaisquer outros homens. Por isso, os crimes de honra são impulsionados, ao passo em que os direitos das mulheres são enfraquecidos (Ullah, 2010).

Nos Estudos de Segurança Internacional, a Escola de Copenhague se destaca, principalmente, pelos seus conceitos de segurança social e securitização, ao mesmo tempo que se coloca como perspectiva alternativa aos estudos estadunidenses de segurança, como estudos se referem ao construtivismo estadunidense (Buzan & Hansen, 2012).

Buzan e Hansen (2012) apresentam que o debate de segurança dos anos 1990 é marcado pela influência das abordagens europeias e estadunidenses. As abordagens europeias, como a Escola de Copenhague e os Estudos Críticos, apresentavam questões relacionadas aos interesses políticos, críticos e normativos para a paz. Já a abordagem construtivista estadunidense não possuía uma relação de similaridade com as questões mencionadas.

Ainda assim, a Escola de Copenhague não está isenta de críticas, como mostra Lene Hansen (2000) ao abordar a ausência de discussões sobre o gênero nesta perspectiva teórica, no que chama de “dilema silencioso da pequena sereia”. Para a autora, a insegurança de gênero não diz respeito apenas à redistribuição e reorganização da sociedade, mas também a questões fundamentais de sobrevivência, de modo que a segurança particular de cada indivíduo está profundamente imbricada nas construções coletivas de subjetividade e segurança.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em discutir os crimes de honra no Paquistão, a partir de uma análise crítica da Escola de Copenhague, no âmbito da segurança discursiva. Para tanto, os objetivos específicos aqui presentes são: a) Compreender as principais nuances da Escola de Copenhague, com foco para segurança social e securitização; b) Apresentar a ausência de discussões sobre gênero no âmbito da Escola de Copenhague, a partir das críticas de Lene Hansen; e c) Analisar a violência e abuso às paquistanesas, em nome da honra, as quais são praticadas principalmente por homens de seu próprio núcleo familiar.

Tendo isso em vista, a pergunta-problema a qual este trabalho busca responder é: quais os limites teóricos da Escola de Copenhague para analisar os casos dos crimes de honra no Paquistão?

Assim, por meio da metodologia de abordagem, será realizada uma revisão de literatura do aparato teórico-conceitual da teoria, apresentando, também, outras discussões teóricas no campo da Segurança Internacional como alternativas mais pertinentes para a compreensão da insegurança vivenciada pelas mulheres paquistanesas.

Ademais, utilizar-se-á do estudo de caso voltado ao Paquistão, pontualmente o caso da paquistanesa Qandeel Baloch, assassinada em nome da honra familiar por seu irmão, em 2016. Para tanto, serão utilizadas notícias, principalmente, dos jornais paquistaneses *The News PK* e *Samaa TV*, os quais foram escolhidos por estarem no idioma inglês, uma vez que existem limitações quanto ao outro idioma oficial do país, urdu.

Além de notícias veiculadas pela imprensa do país, também foram utilizados os documentários “Qaandel”, dirigidos por Saad Khan e Tazeen Bar, e veiculado pelo canal britânico *The Guardian* em 2016, e o documentário “*The Killing of Qandeel Baloch: One year on*”, dirigido por Masood Khan e veiculado em 2017 pela BBC. Também serão utilizados os dados sobre as violências e os crimes de honra em relatórios de organizações não-governamentais, como *White Ribbon Pakistan*, *CAMP*, *Global Citizen*, *Human Rights Watch*, Anistia Internacional (2018) e ONU Mulheres.

Os autores dividem o artigo em três seções. Primeiro, será realizada uma incursão na teoria da Escola de Copenhague, expondo algumas das críticas que esta recebe relacionadas à ausência de discussões sobre o gênero. No tópico posterior, retomam-se os crimes de honra no Paquistão, apontando a dimensão das violências contra as mulheres no país, apresentando o caso de Qandeel Baloch. Por fim, as reflexões finais quanto ao trabalho, que busca responder à pergunta aqui levantada.

1. Discussão Teórica da Escola de Copenhague e a Crítica de Lene Hansen

No cenário da Guerra Fria, após o período da *détente*, a política externa de Ronald Reagan, então presidente dos Estados Unidos (1981-1989), passou a ser questionada pelos europeus, que tinham dúvidas quanto ao comprometimento daquele país com a segurança da Europa, visto que o projeto Guerra nas Estrelas, programa militar estadunidense, vulnerabilizaria ainda mais o continente. Desse modo, foi observado pela sociedade europeia e pelos estudiosos que a política de segurança baseada nos EUA sob a ordem bipolar deveria ser reformulada, provendo bases para uma política de segurança genuinamente europeia.

A perspectiva da Escola de Copenhague pode ser definida como intermediária entre os estudos tradicionalistas e as abordagens críticas, pois defende que as ameaças de segurança não

estão restritas ao âmbito militar, mas também passam por esferas políticas, econômicas, ambientais e sociais (Tanno, 2003).

Como intermediária e abrangente, a visão da Escola de Copenhague, que é tanto constitutiva como não-causal, absorve ao mesmo tempo características estatocêntricas e de segurança individual ou global. No cerne da escola, encontram-se Barry Buzan e Ole Wæver, autores de vários trabalhos no Copenhagen Peace Research Institute (COPRI) sobre segurança europeia e os complexos regionais de segurança. Em relação ao debate aprofundador-ampliador, as principais contribuições da Escola de Copenhague são os conceitos de segurança social e securitização (Buzan & Hansen, 2012).

Na obra *Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe* (Waever & Buzan, 1993), são propostas as bases para a formulação de uma nova agenda de segurança na Europa. Utilizando a noção de segurança social, os autores explicitam sobre a habilidade da sociedade de sustentar padrões tradicionais de linguagem, cultura, associação, religião e identidade nacional. Em definição direta, ela diz respeito à capacidade de uma sociedade manter seu caráter essencial mesmo em condições mutáveis e diante de ameaças possíveis ou reais. Em oposição aos conceitos das seguranças militar e política, cuja perspectiva é essencialmente a estatal, a segurança social propõe a sociedade como objeto de referência, mantendo paralelamente o Estado.

Em relação à securitização, esta diz respeito ao “processo de apresentar uma questão em termos de segurança” (Buzan & Hansen, 2012, p. 323), ou seja, como uma ameaça existencial. Portanto, a securitização está ligada ao ato de fala e constelações políticas, em cuja estrutura retórica um discurso tem potencial de gerar efeitos suficientes para fazer com que a sociedade aceite, ou não, determinadas regras, libertando-se dos procedimentos aos quais, de outro modo, os indivíduos estariam vinculados.

Logo, a securitização pode ser entendida como pertencente a um espectro dentro das questões públicas, em que os temas politizados passam a ser tratados com tamanha velocidade, para que possam violar regras legais e sociais comuns, agregando, assim, um caráter de urgência.

Assim, existe um processo que transforma temas outrora não politizados em questões securitizadas, cujo poder discursivo passa a unir os atores e objetos. Os atores securitizadores são os que securitizam questões através dos atos de fala, enquanto os objetos referenciais são os temas que se encontram sob ameaça existencial (Buzan & Hansen, 2012).

Waever (2003) argumenta que quando os atores securitizadores apresentam o problema de maneira dessecuritizada (esta que é o processo inverso da securitização), este é inserido em uma agenda política, e assim é possível pensar e formular ações mais criativas para a problemática, e

menos emergencial e coercitiva. Dessa forma, ela é movida à esfera da “baixa política”, e então o tema já não mais é considerado uma ameaça, o que torna a dessecuritização mais eficiente para tratar determinados temas (Motta, 2014). Isto se dá especialmente porque oferece diferentes possibilidades para se solucionar conflitos, de modo a não ser necessário o uso da violência (Waever, 1995).

O ato do discurso como foco de análise é fonte de críticas para a Escola de Copenhague. O avanço da produção de conhecimento dos Estudos Críticos de Segurança Internacional, especialmente no campo das visualidades, apresenta uma dimensão discursiva que vai além do ato de fala, e passa pelo campo das imagens. Em *Words, Images, Enemies: Securitization and International Politics*, Williams (2003) argumenta que imagens possuem capacidade comunicativa, e a interação entre a imagem e a retórica verbal, pode ser um elemento necessário para compreensão de segurança de maneira mais ampla.

Lene Hansen (2000), vinculada à Escola de Copenhague, também considera o ato de fala um aspecto limitador desta perspectiva teórica, pois para ela é necessário compreender não apenas a expressão escrita ou falada, mas como o próprio corpo feminino está relacionado ao problema. As práticas de punição como o apedrejamento, como o caso da jovem de 25 anos grávida foi apedrejada por seus familiares até a morte por se casar sem a autorização familiar, noticiado pelo G1, da GLOBO (G1 2014).

Casos similares também são noticiados pelos veículos de comunicação conhecidos como *The Guardian* (1999), que em 1999 já publicava matérias tratando dos crimes de honra, como no caso da jovem assassinada por sua e seu irmão. Além deste crime, a queima de mulheres é um crime de honra direcionado ao corpo, e estes elementos transcendem o ato da fala. Assim, para a autora, o corpo e a morte das mulheres possuem um significado coletivo, e ela argumenta sobre como tal problemática precisa ser entendida como um aspecto desse mesmo nível coletivo, e não apenas individual.

De modo geral, a Escola de Copenhague recebeu diversas críticas nas discussões acadêmicas, como a que questiona a conceituação de uma suposta identidade fixa. Aqui, a crítica que interessa diz respeito ao problema da segurança como silêncio, ou seja, “à ação normativa, por parte da Escola de Copenhague, de privilegiar a dessecuritização” (Buzan & Hansen, 2012, p. 327). Mais especificamente, tratar-se-á de incorporar a crítica de Hansen (2000) em relação à segurança como silêncio, que em seu artigo, *The Little Mermaid’s Silent Security Dilemma and the Absence of Gender in the Copenhagen School*, questiona não apenas a ausência de um conceito de insegurança

baseada no gênero, dentro do escopo teórico da Escola de Copenhague, mas também mostra criticamente onde a ausência desse conceito repousa.

Hansen argumenta que o dilema da Pequena Sereia indica a existência de dois pontos falhos no trabalho da Escola de Copenhague: a já citada “segurança como silêncio”, que ocorre quando a insegurança não pode ser falada, e tratá-la como um problema de segurança pode, na verdade, agravar a segurança; e os problemas da “segurança submissa”, que ocorre nos problemas de segurança ligados ao gênero, envolvendo uma interrelação entre a identidade de gênero do sujeito e os outros aspectos da identidade do sujeito (Hansen, 2000).

Nesse sentido, o próprio conceito de segurança precisa ser repensado com profundidade pela Escola de Copenhague. Em *The Concept of Security*, Baldwin (1997) apresenta como o conceito de segurança não tem sido trabalhado pelas escolas teóricas, e argumenta que é importante que se pense sobre o próprio conceito de segurança. Isto para que seja possível realizar comparações sobre políticas de segurança, de modo que as formulações teóricas estejam em diálogo com a realidade social e se facilite a comunicação teórica a partir de um terreno comum, mesmo diante de visões distintas das teorias. Portanto, o autor entende que pensar o conceito segurança orienta para um exercício intelectual sobre como tal segurança pode ser alcançada.

Nesse caso, a dimensão subjetiva e objetiva de segurança tem uma importância para a compreensão da problemática. Baseado em Wolfers (1952), Baldwin (1997) apresenta que a dimensão objetiva se refere à baixa probabilidade de ameaças aos valores adquiridos, e a dimensão subjetiva está relacionada à baixa probabilidade do medo. O autor apresenta questionamentos importantes para especificação e conceitualização de segurança: Segurança para quem? Segurança para quais valores? Segundo o autor, há distinções em pensar a segurança para o nível estatal e para o indivíduo, e o Estado pode então superestimar ou subestimar os danos aos valores adquiridos, optando para a redução de medos que são injustificados ou percebendo-se como seguro quando, na verdade, não é.

Além da visão crítica à Escola de Copenhague aqui apresentada, há, também, discussões a partir de uma perspectiva pós-colonial sobre a securitização, que traz um questionamento: o subalterno consegue securitizar? Orientada por esta pergunta, Sarah Bertrand (2018), apresenta três formas de silenciamento de vozes subalternas, ao passo em que chama a atenção para a versão de Lene Hansen (2000) que reivindica a existência de uma única forma de silenciamento (aquela que não se fala), que, por consequência, acaba por “colonizar” os problemas de segurança dos marginalizados, uma vez que o subalterno não pode e não consegue securitizar.

Hansen (2000), no entanto, não apresenta uma dimensão de segurança apenas ligada ao silêncio e ao ato de fala, mas apresenta que a segurança possui uma dimensão subjetiva que forma a base do que pode ser definido como o que é ameaça e o que está ameaçado. Nesse sentido, Hansen apresenta que o silêncio é usado como uma estratégia política que torna a mobilização política mais difícil. Logo, a autora não propõe uma fixação sobre esse silêncio e entende que a segurança colocada em prática pode gerar uma autoridade suficiente para que temas outrora desconsiderados como ameaças passem a ser considerados. Ou seja, Hansen também abre espaço para a busca de segurança, mas compreende que há dificuldades e ameaças inerentes a esta busca.

As formas de silenciamento expostas por Bertrand (2018) são: o silenciamento locucionário, quando o subalterno não pode falar seja por ser fisicamente impedido de fazê-lo, ou ameaçado de violência caso fale. A segunda forma é a frustração ilocucionária, e aqui o subalterno fala, mas não é de fato ouvido, o que demonstra relutância do público em aceitar a mensagem, apesar de tê-la compreendido. E a terceira, a deficiência ilocucionária, em que o subalterno não pode ser ouvido ou compreendido, e desse modo, sua fala, apesar de pronunciada, é distorcida pelo público que não consegue compreender sua real demanda. Para o caso dos crimes de honra no Paquistão, distingue-se as mulheres paquistanesas como subalternas e, então, utilizar-se-á o conceito de frustração ilocucionária apresentado por Bertrand, para além da “segurança como silêncio” apresentada por Hansen.

Assim, os argumentos apresentados nesta seção direcionam para o entendimento sobre a formulação de uma política de segurança, mas também para o debate teórico sobre a amplitude de sua agenda para além de uma lógica estatal e militarizada, que traga uma dimensão de gênero sobre os problemas de segurança. Parte-se, então, do entendimento que a compreensão da subjetividade da segurança se dá na medida em que se analisa a dimensão das violências vivenciadas pelas mulheres paquistanesas, e dos silenciamentos que permeiam as discussões de gênero.

2. A dimensão das violências e a questão dos crimes de honra no Paquistão - o caso de Qandeel Baloch

Na sociedade paquistanesa, o conceito de crime de honra é vinculado geralmente às mulheres e aos seus corpos (Gauhar, 2016). De acordo com Chesler (2009), o assassinato por honra pode ser definido como um crime que foi realizado pela família ou por alguma autoridade da sociedade, com o intuito de restaurar a honra que foi perdida após o ato considerado desonroso, de acordo com os preceitos patriarcais e religiosos da sociedade. O pensamento do autor dialoga com o argumento de Hansen (2000) sobre a sociedade patriarcal, que identifica as mulheres como inferiores e que

precisam agir com base em normas específicas de comportamento. Desse modo, elas se tornam alvo ao transgredirem determinado comportamento e, assim, vivem em um ambiente de ampla insegurança e medo.

As famílias paquistanesas e os membros da sociedade de um modo geral, usam o conceito de “honra” como uma forma de controlar e regular os direitos que são fundamentais às mulheres. Essa tentativa de controle e regulação parte geralmente dos membros masculinos das famílias e da sociedade. Essa honra familiar tem muitas vezes como resultado a total exclusão das mulheres das esferas sociais: espaços públicos; acesso à educação; ao trabalho; e a espaços de tomada de decisões políticas. Além de todos esses problemas, os atos considerados “desonrosos” legitimam a violência doméstica por parte dos homens contra as mulheres consideradas indignas pela sociedade paquistanesa (Gauhar, 2016).

Entre os atos considerados indignos e desonrosos por esta sociedade, estão as relações sexuais antes do casamento, ou a mera suspeita de que o ato ocorreu. A busca por divórcio também é considerada um ato que fere a honra no país, assim como a prática de qualquer liberdade de escolha (Gauhar, 2016). Há, portanto, uma multiplicidade de comportamentos femininos que são controlados pelos homens. Rouhana (2006) apresenta como a virgindade da mulher é colocada como elemento central, e qualquer comportamento que sugira uma possibilidade de ela ter tido atividade sexual pré-marital, ou não ser virgem no dia do casamento, pode ser o suficiente para sua punição, que pode ir desde o isolamento social, insultos, espancamentos, casamento forçado, ao assassinato.

O caso do assassinato da modelo, atriz, ativista feminista, e *influencer* digital paquistanesa, de apenas 26 anos, Qandeel Baloch, em 2016, chama atenção para o contexto de insegurança e de naturalização de violências que as mulheres paquistanesas vivenciam. A notícia veiculada pelo The News PK em 17 de julho de 2016 apresenta que o irmão, Waseem Azeem, foi o responsável pelo seu assassinato, sob o argumento de que Qandeel desrespeitava a família ao postar fotos e vídeos nas redes sociais, e não era obrigado a ver os insultos direcionados a ela e à família. Assim, o irmão justifica que assassiná-la em nome de sua honra e de sua família seria a melhor saída, ao invés de cometer suicídio (Shah, 2016).

Após o assassinato de Qandeel, a hashtag #QandeelBaloch entrou para os assuntos do momento no Twitter, com opiniões divididas: de um lado, apoio à celebridade que buscou uma sociedade paquistanesa mais justa às mulheres; e do outro, a alegria de alguns que concordavam com a decisão do irmão de matá-la, defendendo que Baloch manchava a imagem do país (Shah, 2016). O assassinato de Qandeel Baloch também teve notoriedade pela imprensa internacional, e foi

o foco de matérias de grandes veículos de comunicação, como os jornais britânicos BBC e *The Guardian*.

Em matéria intitulada *The dishonourable killing of Qandeel Baloch*, Moni Mohsin (2016) apresenta um breve histórico da vida da influencer, que assim como outras meninas de sua província, também foi forçada ao casamento e sofreu abusos de seu esposo. Em função disso, fugiu de sua província e alterou seu nome de Fouzia Azen para Qandeel Baloch. No documentário “Qandeel”, veiculado pelo *The Guardian*, ela é descrita como uma jovem mulher destemida que enfrentou a grande mídia paquistanesa, expôs o direito religioso e desafiou a moralidade da classe média.

Mohsin (2016) apresenta que Qandeel sempre foi alvo de discursos de ódio pelo seu comportamento sexualizado nas redes sociais, contudo, as ameaças de morte passaram a ser frequentes quando ela passou a falar dos direitos das mulheres no país. Qandeel também ironizava as regras dos representantes religiosos do Paquistão, como Mullah Mufti Qavi, clérigo islâmico defensor de um padrão conservador de comportamento para as mulheres.

Em junho de 2016, a celebridade postou fotos e vídeos em suas redes sociais ao lado do clérigo, e logo depois disso, ele foi suspenso do ministério eclesiástico, o que tomou repercussão no país. Qandeel, então, passou a ser ameaçada de morte, e a divulgação das fotos e vídeos com o clérigo, inclusive, foi um dos estopins para que seu assassinato ocorresse (The Killing Of Qandeel Baloch: One Year On, 2017; Qandeel, 2017; Samaa Tv, 2016; Shah, 2016).

Habiba (2019) apresenta essas reações da sociedade paquistanesa sobre o assassinato de Qandeel Baloch, e compreende que ainda que parte da população não tenha revelado suas expressões sobre o caso, grande parte desta considerou a atitude do irmão legítima, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 1: Comentários nas redes sociais sobre o assassinato da celebridade Qandeel Baloch.

Gênero	Comentário
Masculino	“Finalmente uma boa notícia depois de tanto tempo”.
Masculino	“Qandeel Baloch era uma desgraça, seu irmão fez bem”.
Masculino	“Uma garota que decide publicar fotos nuas para publicidade... O que que o irmão dela poderia fazer? ... Não suporto ato de crueldade... mas apenas peço que todas as feministas olhem para os dois lados, em vez de culpar os homens”.
Feminino	“Outro frio assassinato #Qandeelbaloch em nome da honra #honourkilling, triste, nojento e inaceitável!”
Feminino	“Onde não há mortes por honra, há vadias como #QandeelBaloch. Morte por honra é uma coisa boa às vezes”.

Feminino	“Qandeel Baloch era uma desgraça para o Paquistão. Ela certamente vai sofrer no inferno. O irmão dela fez bem”.
Feminino	“Agradeço ao irmão dela por ter matado essa idiota”.

Fonte: Elaboração dos autores. Tradução dos autores, com base em: Habiba (2019, p. 247- 254).

As respostas de homens e mulheres nas redes sociais indicam, mais uma vez, a naturalização da violência contra a mulher, que é reforçada também pelas próprias mulheres. Percebe-se que a mulher, na sociedade paquistanesa, é vista como aquela que de fato rebaixa a honra familiar, e não como uma mulher que foi vítima de brutalidade. Isso dialoga com Hansen (2000) conforme ela apresenta que as mulheres enfrentam um problema de segurança que envolve a própria sobrevivência, não sendo apenas uma questão de ameaça individual através de uma retórica que alcança legitimidade ao ponto de parte do público tolerar estas violações.

De acordo com Hansen (2000), os crimes possuem um apelo racional e a atitude é calculada no longo prazo. O relatório mundial de 2020 da *Human Rights Watch* apresenta que houve um avanço em termos legais no país. Após o assassinato de Qandeel, o parlamento paquistanês proibiu a possibilidade de perdão de crimes de honra por parte da família, o que até então era possível e ele, assim, teria liberdade da pena. Em 2016, então, foi alterada a lei de crimes de honra vigente até então, e a declaração de objetivos e motivos da lei afirma:

Os crimes de honra são comuns em todo o Paquistão, reivindicando as vidas de centenas de vítimas todos os anos. De acordo com as estatísticas da Fundação Aurat, 432 mulheres foram mortas em nome da honra no Paquistão em 2012. 705 em 2011, 557 em 2010, 604 em 2009 e 475 em 2008. Estes números não incluem casos não-relatados ou, até mesmo, o número de homens que muitas vezes são mortos ao lado de mulheres em nome da honra. Abordar as lacunas nas leis existentes é essencial para evitar que esses crimes sejam cometidos repetidamente (Pakistan, 2016, tradução dos autores).

Muito embora o problema tenha chegado aos formuladores de política e uma lei tenha sido promulgada, ao se buscar nos jornais *The News PK* e *Samaa TV*, neles não há notícias sobre condenações a nenhum dos inúmeros crimes de honra que aconteceram no país, exceto a sentença de prisão perpétua a Waseem Azeem, em 2019, após três anos do assassinato de sua irmã, Qandeel Baloch (The Guardian, 2019; Shah, 2019).

A falta de informações em relação à penalização daqueles que cometem os crimes de honra, permite-nos inferir que a falta de consenso tanto na sociedade, quanto em termos legais em relação ao entendimento do que pode ser de fato considerado um crime de honra, dá margem para que a lei seja fragilizada, e, por conseguinte, ineficaz.

Nesse sentido, nem mesmo a discussão sobre dessecuritização, proposta pela Escola de Copenhague, caberia como perspectiva analítica para os crimes de honra no Paquistão, uma vez que

a falta de práxis da lei demonstra que tal questão não foi politizada ao ponto de se tornar uma política pública eficiente. Nesse sentido, os crimes de honra contra as paquistanesas não foram considerados, ao menos, como tema de uma agenda política de relevância social.

Hansen (2000) apresenta que dentro do escopo da Escola de Copenhague a dessecuritização de um objeto é a opção ideal para o longo prazo, e a autora questiona que mesmo que a dessecuritização seja o objetivo final, questiona se há a possibilidade de securitizar uma situação que se manifesta de forma opressiva no momento. Ela argumenta que a busca pela securitização como algo positivo entra em desacordo com a própria visão negativa do conceito de securitização debatido pelos acadêmicos da própria Escola, e reforça o argumento de que o conceito de securitização apresentado não consegue elucidar o caso dos crimes de honra no Paquistão, por não englobarem a discussão de gênero.

Entende-se que por mais que existam movimentos de mulheres em busca de seus direitos e justiça social, percebe-se que existe um esforço de parte delas para tornar público seus problemas, mesmo diante de ameaças. Isso se encaixa, por exemplo, no que Bertrand (2018) caracteriza como uma das formas de silenciamento da securitização aqui apresentada: a frustração ilocucionária. Isto porque existe resistência da sociedade e dos tomadores de decisão de aceitarem a mensagem que elas buscam passar, a partir de suas vivências de insegurança.

Esse fato é percebido quando a lei anticrimes de honra foi promulgada, mas não houve esforços para que ela fosse de fato implementada. Nesse caso, portanto, elas tiveram sua demanda ouvida, mas o poder do público as silenciou e excluiu, já que não tem havido uma implementação (a dessecuritização) de algo que traria melhoria para a proteção da vida das mulheres. Alia Chughtai (2016) apresenta que Qandeel buscava, por meio de suas redes sociais, mudar a mentalidade das pessoas que não queriam se desvincular de suas crenças e práticas antigas. O silenciamento da celebridade pode ser percebido, então, na medida em que ela é ridicularizada pela imprensa do país, em programas de televisão, e por representantes religiosos do Estado, que incentivaram uma cultura de violência às mulheres que desafiam padrões de comportamento e questionam o patriarcado no país.

Em termos de discussões teóricas, embora Bertrand (2018) discorde de Hansen (2000) em diferentes aspectos, é possível tecer um ponto de diálogo entre elas na questão específica da frustração ilocucionária. Assim, percebe-se que Bertrand complementa a argumentação de Hansen no que se refere à segurança como silêncio, pois muito embora as paquistanesas verbalizem suas inseguranças, por meio de protestos e movimentações públicas, ainda assim não têm suas pautas consideradas relevantes. Por essa razão, são silenciadas em um nível diferente: aquele em que se

ouve e se entende, mas que não tem intenções de alterar a conjuntura existente e acabam por serem marginalizadas, uma vez mais, e excluídas socialmente. Assim, é possível compreender que esta frustração ilocucionária movimentada a continuidade de outros silêncios.

Nesse sentido, a argumentação de Hansen sobre a ausência de gênero dentro da perspectiva do escopo teórico da Escola de Copenhague, é fundamental para a compreensão do caso das mulheres paquistanesas, visto que não basta apenas uma expansão do conceito de segurança para a compreensão das vulnerabilidades dos indivíduos, pois a compreensão do caso se dá na medida em que se leva em consideração as inseguranças de gênero.

Para a compreensão das inseguranças de gênero, é preciso retomar à lógica patriarcal e violenta presente na sociedade. Chesler (2009) argumenta que a família e a comunidade paquistanesa de certo modo valorizam o assassinato por honra. Eles não condenam as pessoas que cometem esses crimes em nome de sua religião e de suas tradições, o que faz com que esses crimes de honra sejam vistos como algo normativo na sociedade paquistanesa. Isso pode ser percebido a partir da notícia de 2019, publicada pela Samaa TV, em que é relatado que o pai de Qandeel havia entrado com uma petição de perdão a seu filho Waseem (The Guardian, 2019).

A possibilidade do pai de Qandeel solicitar o perdão sobre o crime perante o sistema de justiça do país, e a forma que a sociedade encarou o caso, conforme demonstrado no Quadro 1, com pessoas afirmando estarem satisfeitas com a morte da celebridade, chama a atenção para a naturalização da violência e, por conseguinte, a expressão de uma violência cultural. Este conceito é trazido por Galtung (1969), autor de referência nos Estudos para a Paz. Ele apresenta como a violência pode se manifestar em diversos níveis: direto, estrutural, cultural e/ou institucional. Logo, no caso das mulheres paquistanesas, percebe-se que existe uma violência direta, que atenta contra suas vidas, mas que sobretudo, há a mencionada violência cultural.

Esta violência cultural é a base que sustenta as demais violências, e é a que legitima e justifica a própria violência física sofrida pelas mulheres. Assim, a sociedade considerar os crimes de honra como inerente a ela, e naturalizar o assassinato de mulheres em nome da honra, conforme se evidencia, acaba por se tornar uma violência cultural que não é meramente societal, mas uma violência cultural de gênero, que permite silêncios e silenciamentos que não são abordados pela Escola de Copenhague.

A partir disso, então, dialoga-se com conceitualização de segurança como silêncio proposta por Hansen (2000). Por existir um contexto hostil, de constante ameaça às mulheres que buscam o mínimo de liberdade, dignidade e direitos, como Qandeel o fazia, é gerada a subordinação e o

silenciamento, já que elas não podem expressar insatisfações e frustrações, pois correm o risco de sofrerem com ainda mais violência.

Alice Su (2019) argumenta que mesmo com o progressivo aumento de organizações feministas no país, as mulheres ainda estão distantes da participação política, inclusive na participação eleitoral, pois é necessário o cartão de identidade nacional, e muitas mulheres de áreas rurais e tribais não possuem. Com isso, percebe-se que as mulheres enfrentam oposições por parte do Estado, e até mesmo dos grupos religiosos, para que tenham uma participação política. Este cenário de ausência do Estado revela-se como uma forma de silenciamento ilocucionário, que reforça a continuidade de uma realidade de inseguranças para as mulheres.

Assim, o cenário enfrentado por elas é de cada vez mais insegurança, como exemplo da naturalização da violência, observa-se a violência institucional no país para mulheres vítimas de estupro, visto que a mulher vítima desta violência, ao denunciar o crime, pode ser processada por cometer o crime de Zina (que significa ter relações sexuais fora do casamento). Hansen (2000) destaca a dificuldade da continuidade do processo legal, que exige homens como testemunhas do crime. Portanto, o silêncio acaba sendo a alternativa mais comum.

Logo, Hansen (2000) apresenta que securitização das mortes das mulheres não contempla os pressupostos teóricos da Escola de Copenhague, pois fica compreendido que o silêncio também deve ser levado em consideração nas análises. A compreensão destas mortes como um problema individualizado afasta a discussão do debate público, o que reforça a violência e o medo coletivo, e ainda que a sobrevivência de todas as mulheres não esteja em questão, todas as mulheres paquistanesas vivenciam uma situação de ameaça.

Considerações Finais

Quais os limites teóricos da Escola de Copenhague para analisar os casos dos crimes de honra no Paquistão? - esse foi o problema levantado para este trabalho. De modo a responder a esse questionamento, percebe-se que a discussão apresentada a partir das críticas propostas por Lene Hansen, a Escola de Copenhague se distanciou de sua proposta inicial de ser uma teoria com viés societal, pois seus pressupostos teóricos acabam por ignorar dinâmicas próprias de uma sociedade violenta e patriarcal como o Paquistão, onde as violências são múltiplas e as mulheres não encontram suporte do Estado para a denúncia e formulação de estratégias para a redução de violências.

Nesse sentido, o arcabouço teórico da Escola de Copenhague é insuficiente para a compreensão dos crimes de honra no Paquistão, conforme demonstrado a partir do caso de Qandeel

Baloch. A própria dimensão subjetiva da segurança não é levada em consideração, e o caso paquistanês revela que a violência que não é denunciada ou colocada como tema de segurança e de política, revela o próprio contexto de insegurança.

Assim, é preciso ampliar as concepções discursivas para além do ato da fala, levando em consideração os mecanismos de silenciamentos das mulheres. Mas, além de ampliar concepções para além do ato de fala, foi percebido através deste trabalho que é necessário respeitar a voz de quem verbaliza suas inseguranças e violências, uma vez que, quando isto não ocorre, se apresenta como uma forma de silenciamento - é a faceta da exclusão, da relutância de se compreender o lugar do outro, como no caso da promulgação da lei anticrimes de honra em 2016, mas que é ineficiente se considerado seu objetivo inicial.

Nota-se, ainda, que, dentro deste cenário de profundas desigualdades e violências, é fundamental repensar a segurança através de uma lente de gênero que visibilize as ameaças presentes. A realidade de violências no país resgata os questionamentos propostos por Baldwin (1997) quando o autor apresenta a segurança como um degrau a ser atingido, pois ainda que a segurança absoluta seja inalcançável, é necessário a compreensão sobre quais grupos estão sendo protegidos, e quais ameaças são essas.

Por fim, conforme demonstrado, não basta a existência de uma lei quando se existe uma cultura de repressão, violência e impunidade. É necessária uma conscientização tanto dos tomadores de decisão, de modo a encontrar uma forma de gerar um cenário de maior segurança para as mulheres, e que a lei e ações de minimização de violências seja de fato implementada e respeitada, de modo que a cultura de violência do país seja tratada em seus níveis estruturais.

Sugere-se, finalmente, para futuros trabalhos, um aprofundamento de uma epistemologia crítica com um olhar para as ações de coletivos feministas locais, que promovem mobilização política e minimizações de violências e dos crimes de honra no país, bem como os mecanismos de silenciamento presentes neste contexto.

Referências

- ANISTIA INTERNACIONAL. (2018). **Informe 2017-2018: O Estado dos Direitos Humanos no Mundo**. Disponível em: [<https://www.amnesty.org/en/documents/po110/6700/2018/bp/>]. Acesso: 09/05/2024.
- BALDWIN, David. (1997). The concept of security. **Review of International Studies**, 23: 5–26.
- THE GUARDIAN. (2019). **Brother of social media star Qandeel Baloch is jailed for her murder**. Disponível em: [<https://www.theguardian.com/world/2019/sep/27/brother-social-media-star-qandeel-baloch-jailed-murder-pakistan>]. Acesso: 20/07/2023.

- BBC BRASIL. (2016). **A paquistanesa de 18 anos torturada e morta pela própria mãe após se casar por amor**. Disponível em: [<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-36488468>]. Acesso: 20/07/2021.
- BERTRAND, Sarah. (2018). Can the subaltern securitize? Postcolonial perspectives on securitization theory and its critics. **European Journal of International Security**, 3 (3): 281–299.
- BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. (2012). **A evolução dos estudos de segurança internacional**. São Paulo: Unesp.
- GAUHAR, Nehar. (2016). **Honour crimes in Pakistan: unveiling reality and perception**. Disponível em: [https://www.academia.edu/73021698/Honour_Crimes_in_Pakistan_Unveiling_Reality_and_Perception]. Acesso: 20/07/2021.
- CHESLER, Phyllis. (2009). Are honor killings simply domestic violence? **Middle East Quarterly Spring**, 16 (2): 61-69.
- CHUGHTAI, Alia. (2016). **Pakistan: anger after honour killing of Qandeel Baloch**. Disponível em: [<https://www.aljazeera.com/news/2016/7/17/pakistan-anger-after-honour-killing-of-qandeel-baloch>]. Acesso: 07/09/2021
- G1. (2014). **Suspeitos de apedrejamento de grávida são presos no Paquistão**. Disponível em: [<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/05/suspeitos-de-apedrejamento-de-gravida-sao-presos-no-paquistao.html>]. Acesso: 19/07/2021.
- GALTUNG, Johan. (1969). Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, 6 (3): 167-191.
- HABIBA, Umm. (2019). Honour killing in Pakistan: a case study of Qandeel Balochumm. **International Journal of Social Science and Humanity**, 8 (9): 247-254.
- HANSEN, Lene. (2000). The little mermaid's silent security dilemma and the absence of gender in the Copenhagen school. **Millenium**, 29 (2): 285–306.
- HUMAN RIGHTS WATCH. (2017). **'Honor' killings continue in Pakistan despite new law**. Disponível em: [<https://www.hrw.org/news/2017/09/25/honor-killings-continue-pakistan-despite-new-law>]. Acesso: 20/07/2021.
- HUMAN RIGHTS WATCH. (2021). **World Report Pakistan**. Disponível em: [<https://www.hrw.org/world-report/2021/country-chapters/pakistan>]. Acesso: 20/07/2021.
- MOHSIN, Moni (2016). The dishonourable killing of Qandeel Baloch. **The Guardian, 18 July**. Disponível em: [<https://www.theguardian.com/lifeandstyle/2016/jul/18/dishonourable-killing-qandeel-baloch-pakistan-social-media-brother>] Acesso: 20/07/2023.
- MOTTA, Bárbara V. de C. (2014). **Securitização e Política de Exceção: o excepcionalismo internacionalista norte-americano na segunda guerra do Iraque**. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC/SP). (Orientador: Samuel Alves Soares).
- PAKISTAN. (2016). **Penal Code. Anti-honour killing bill, amendment 6 October, 2016**. Disponível em: [<https://islamiclaw.blog/2021/05/18/criminal-law-amendment-offences-in-the-name-or-pretext-of-honor-act-2016-passed-by-majlis-e-shoora-parliament-of-pakistan/>]. Acesso: 27/11/2021.
- PARINGAUX, Roland. (2001). **Em nome da honra**. Disponível em: [<https://diplomatie.org.br/em-nome-da-honra/>]. Acesso: 20/07/2021.

PIMENTEL, Sílvia; PANDJIARJIAN, Valéria; BELLOQUE, Juliana. (2006). “Legítima defesa da honra”: ilegítima impunidade de assassinos - um estudo crítico da legislação e jurisprudência da América Latina. In CORRÊA, Maria; SOUZA, Renata (orgs.). **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”**. Campinas: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, 65-134.

QANDEEL. (2017). 1 vídeo (24:49 min). Publicado pelo canal The Guardian. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=jUVyZ2OQjbc&ab_channel=TheGuardian]. Acesso: 03/12/2021.

ROUHANA, Hoda. (2006). Crimes de honra: perspectivas das mulheres que vivem sobre a Lei Muçulmana. In CORRÊA, Maria; SOUZA, Renata (orgs.). **Vida em família: uma perspectiva comparativa sobre “crimes de honra”**. Campinas: Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Campinas, 273-389.

SAMAA TV. (2016). **Qandeel Baloch fears for life**. Disponível em: [<https://www.samaa.tv/culture/2016/06/qandeel-baloch-fears-for-life/>]. Acesso: 21/07/2021.

SHAH, Nadeem. (2016). **Qandeel Baloch strangled to death by brother for ‘honour’**. Disponível em: [<https://www.thenews.com.pk/print/135540-Qandeel-Baloch-strangled-to-death-by-brother-for-honour>]. Acesso: 20/07/2021.

SHAH, Nadeem. (2019). **Qandeel’s brother gets life term, 6 others acquitted**. Disponível em: [<https://www.thenews.com.pk/print/533315-qandeel-s-brother-gets-life-term-6-others-acquitted>]. Acesso: 07/10/2021.

SU, Alice. (2019). **As vozes emergentes das mulheres no Paquistão**. Disponível em: [<https://www.nationalgeographic.com/culture/article/the-rising-voices-of-women-in-pakistan>]. Acesso: 15/05/2024.

TANNO, Grace. (2003). A contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, 25 (1): 47-80.

THE GUARDIAN. (1999). **A Question of Honour**. Disponível em: [<https://www.theguardian.com/world/1999/may/27/gender.uk1>]. Acesso: 20/07/2021.

THE KILLING of Qandeel Baloch: one year on. (2017). Publicado pelo canal BBC. 24.19 min. Disponível em: [<https://www.bbc.com/news/av/magazine-40596268>]. Acesso: 03/12/2021.

ULLAH, Muhammad Zia. (2010). **Honour killings in Pakistan under Theoretical, Legal and Religious Perspectives: An Analytical Study of Honour Killings Abuse and Disconnecting Islam from this Ancient Brutal Tradition**. Dissertação de Mestrado, apresentada à Faculty of Culture and Society, Malmo University, Suécia. (Orientadora: Erika Swedberg).

UN WOMEN. (2021). **Facts and figures: ending violence against woman**. Disponível em: [<https://www.unwomen.org/en/what-we-do/ending-violence-against-women/facts-and-figures>]. Acesso: 07/10/2021.

WAEVER, Ole. (1995). Securitization and desecuritization. In LIPSCHUTZ, Ronnie D. (ed.). **On security**. New York: Columbia University Press.

WAEVER, Ole. (2003). Securitisation: taking stock of a research programme in security studies. In **BISA Roundtable**. Disponível em: [<https://docplayer.net/62037981-Securitisation-taking-stock-of-a-research-programme-in-security-studies.html>] Acesso: 19/07/2023.

WAEVER, Ole; BUZAN, Barry. (1993). **Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe**. Londres: Pinter.

WHITE RIBBON PAKISTAN. (2020). **Up to 70pc Women Face Violence abuse in Pakistan.** Disponível em: [<https://whiteribbon.org.pk/up-to-70pc-women-face-violence-abuse-in-pakistan/>]. Acesso: 19/07/2021.

WILLIAMS, Michael. (2003). Words, Images, enemies: securitization and international politics. **International Studies Quarterly**, 47 (4): 511-531.

WOLFERS, Arnold. (1952). National security as an ambiguous symbol. **Political Science Quartely**, 67 (4): 481-502.